

Certificação de projetos de autoconsumo de energia teve crescimento de 175%



A evolução positiva nos licenciamentos do autoconsumo está relacionada com a entrada em funcionamento da nova plataforma digital da DGEG.

ENERGIA

Certificação de projetos de autoconsumo dispara 175%

No início de março, a Direção-Geral de Energia e Geologia registava quase 900 pedidos de licenciamento de projetos de autoconsumo coletivo, dos quais 42 estavam certificados. Em junho de 2023 eram apenas oito. O número mais do que quintuplicou em oito meses.

BÁRBARA SILVA
barbarasilva@negocios.pt

Os processos de licenciamento de quase um milhar de pedidos de criação de projetos de autoconsumo coletivo estão finalmente a acelerar na Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG). A garantia

é dada ao Negócios por fonte oficial do Ministério do Ambiente e Ação Climática (MAAC) e confirmada pelas empresas do setor, que pedem, no entanto, ainda mais rapidez para que possam ser cumpridas as metas do país de capacidade solar descentralizada até 2030.

No início de março, a DGEG tinha 890 pedidos de autoconsumo coletivo, sendo que 480 estavam registados (com autorização para instalar painéis solares), 244 em análise, 144 a aguardar resposta dos promotores a pedidos de escla-

recimento adicionais, e apenas 42 certificados. “Estes valores compararam com os 645 pedidos registados até ao fim do primeiro semestre do ano passado, dos quais 258 registados, 289 em análise, 93 a aguardar informação e cinco certificados”, refere a mesma fonte do MAAC. Ou seja, no espaço de oito meses – entre junho de 2023 e março de 2024 – o número de projetos de autoconsumo certificados mais do que quintuplicou, registando um disparo de 175%.

Quase de saída, o Governo ex-



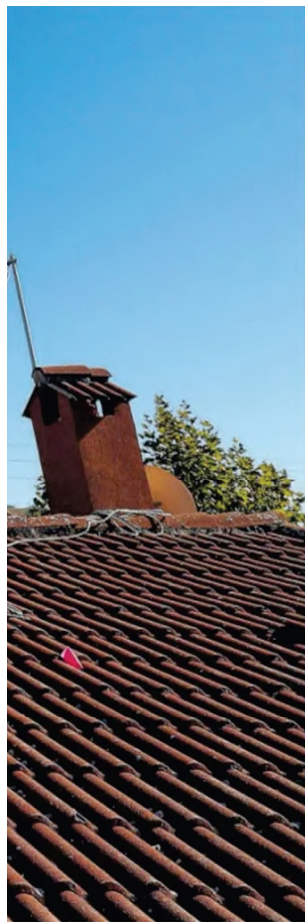
A operacionalização da plataforma irá contribuir para a redução substancial do tempo de certificação.

FONTE OFICIAL DO MAAC



O processo demora cerca de dois meses, incluindo pelo menos duas interações com o operador da rede de distribuição.

FONTE OFICIAL DO MAAC



gal continua a ter só uma comunidade certificada.

2023 foi ano recorde

Nas empresas do setor, Miguel Fonseca, administrador da EDP Comercial, diz que a empresa já entregou à volta de 560 pedidos de licenciamento, dos quais cerca de 40 foram já aprovados (90% nas últimas semanas). “Apesar de ainda ser um processo demorado, a EDP nota maior rapidez nestes primeiros meses do ano, face a 2023”, diz o responsável. Até ao ano passado, o licenciamento do autoconsumo coletivo chegava a demorar “mais de um ano”, indica a EDP. Ainda assim, 2023 “foi um ano recorde”, com a empresa a antecipar a entrada em operação de centenas de novos projetos em 2024, tendo em desenvolvimento mais de 75 mega watts-pico (MWp).

Já a Greenvolt dá conta de 120 projetos submetidos à DGEG (mais de 50 MWp), dos quais 110 são individuais e 24 coletivos. Destes, 17 já têm certificado de exploração e estão a injetar energia na rede, estando a decorrer o processo de passagem de autoconsumo individual a coletivo. Apenas dois já estão de facto operacionais nesta última modalidade. Em 2023, o número de projetos da empresa “cresceu cinco vezes” face ao ano anterior. Em 2024, a meta é duplicar a capacidade instalada. “Os tempos médios de aprovação variam entre dois e 12 meses, mas acreditamos que vão reduzir para 30 dias com o pleno funcionamento do portal da DGEG”, diz fonte da Greenvolt Comunidades, assinalando a existência de “bugs” na nova plataforma que dificultam a submissão de projetos.

Maria João Benquerença, diretora de Comunidades de Energia da Cleanwatts, revela que a empresa tem 43 processos pendentes de aprovação, 16 projetos a fornecer 3,2 GWh por ano em autoconsumo e quatro comunidades de energia operacionais e a partilhar 165 MWh por ano, que demoraram quatro meses a serem aprovadas. “Temos notado uma evolução positiva, mas está longe de ser rápido. ADGEG ambiciona responder em oito dias. Essa não é a nossa experiência atual, mas esperamos que seja alcançado em breve”, diz a responsável. A Cleanwatts tem mais de 250 projetos de comunidades de energia contratados (76 MW), ambicionando “engrossar significativamente a carteira de novos projetos em 2024”. ■

plica que “esta evolução reflete a implementação da nova plataforma digital da DGEG, em setembro de 2023, que permitiu acelerar o licenciamento do autoconsumo coletivo e das comunidades de energia. Quanto a prazos, o MAAC estima que “o processo demora cerca de dois meses, incluindo pelo menos duas interações com o operador da rede de distribuição” – a E-Redes, do grupo EDP. Apesar de já estar a funcionar, a plataforma será ainda alvo de melhorias até meados de 2024, sobretudo no que diz respeito ao interface com a E-Redes, o que permitirá à DGEG ter informação sobre a injeção de energia na rede por parte destes projetos. “A operacionalização da plataforma, com todas as suas funcionalidades, irá contribuir para a redução substancial do tempo de certificação”, diz a mesma fonte.

Relativamente às comunidades de energia renovável, os números não são tão animadores. A DGEG tem 22 pedidos de licenciamento, 12 em análise, seis registados e três a aguardar informação do promotor. No fim do primeiro semestre de 2023 eram três os projetos registados, 16 a aguardar informação e sete em análise. Neste período, Portu-

PERGUNTAS A MARK KIRKBY

Especialista em Energia da Sérvulo & Associados



“O novo Governo devia ter uma ambição mais disruptiva”

O advogado, corresponsável pela equipa de Energia, diz que o próximo Executivo deve pôr a DGEG a “funcionar ao ritmo dos projetos e do investimento”.

Como tem evoluído o autoconsumo em Portugal?

De há três anos para cá, houve uma grande aposta do Governo. A primeira legislação é de 2019 e a segunda de 2022. Mas a lei viu-se confrontada, na prática, com muitas resistências. Apesar disso, tivemos uma disseminação muito grande do autoconsumo individual a partir desse momento. Mas no coletivo isso não se verificou, porque exigia muitas intervenções da APA, DGEG e E-Redes. Entretanto, o parecer da APA fora de zonas sensíveis deixou de ser obrigatório e os licenciamentos urbanístico e municipal foram dispensados numa série de situações. Este regime excecional foi agora prolongado até ao final de 2024, mas não é tempo suficiente. Parece-me um prazo muito curto, sobretudo para o autoconsumo coletivo, que é aquele que tem mais potencial.

Pode ter que ver com a atual crise política?

Admito que tenha que ver com a transição governamental, mas devíamos passar da exceção à regra. Se temos algo que está a facilitar a disseminação do autoconsumo, se do ponto de vista urbanístico estão a ser eliminados constrangimentos, se calhar a lei devia ser permanente. Não faz sentido andarmos de extensão em extensão do prazo, quando os problemas permanecem.



A falta de capacidade para dar resposta aos pedidos de licenciamento é um desafio. Há uma melhoria, mas é tímida.



A falta de meios na DGEG continua a ser um entrave?

A falta de capacidade para responder aos pedidos de licenciamento é um desafio. Tem-se notado, a partir do segundo semestre de 2023, um avanço tendo em conta a contratação de mais pessoas, o que prova que o problema estava aí. Há uma melhoria, sim, mas é tímida. Estamos a falar de dezenas de autoconsumos certificados, quando os pedidos chegam quase aos milhares. Mantém-se os problemas de sempre, por ser uma direção-geral que está sob a alçada do Estado. E, no entanto, responsável por projetos de investimento de milhões de euros, que precisam de decisões rápidas. A DGEG devia ser transformada numa agência, num instituto público ou até numa empresa estatal, muito mais ágil.

A partir de agora o autoconsumo vai acelerar?

Ainda é cedo. Há sangue renovado e vontade de agir. O novo Governo, seja ele qual for, devia ter uma ambição mais disruptiva para pôr a máquina administrativa a funcionar ao ritmo dos projetos e do investimento em renováveis. No autoconsumo ainda não, mas nos projetos de maior escala já há uma fuga de investimentos, sobretudo no solar, por força dos constrangimentos no acesso à rede e pela oposição das autoridades municipais e ambientais. Há uma primeira fase de grande entusiasmo, na atração dos projetos e do investidores, mas depois acabam por ir para outros países europeus. Isso tem sido muito notório.

Ainda há rede disponível para o autoconsumo?

Estes projetos também competem pelo acesso. A rede é toda a mesma. Até 1 MW não precisam de reserva de capacidade, por isso proliferam e já estão a pressionar a rede. Está prevista uma quota anual para o autoconsumo, mas até agora não há despacho.

Quem beneficia mais com estes projetos?

No caso dos municípios, com o potencial imobiliário que têm, é um erro não aproveitar algo que traz tantas vantagens. O município pode decidir se quer investir diretamente nos painéis ou optar por ofertas comerciais, mas não o fazer é irracional. Há espaços públicos disponíveis, há empresas que instalam painéis e compram a energia, que pode ser partilhada em comunidade. ■